



ACÓRDÃO Nº1099/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11627/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital Geral Dr.Geraldo da Rocha.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Ana Maria Belota de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6247/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Geral Dr.Geraldo da Rocha. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Ciência. Encaminhamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Ana Maria Belota de Oliveira**, Diretora-Geral do Hospital Dr. Geraldo da Rocha, exercício de 2018, em razão das impropriedades consideradas não sanadas, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei AM nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Ana Maria Belota de Oliveira** no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso II da Lei 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VI do RI-TCE/AM, pelo cometimento de graves infrações às normas legais ou regulamentares, devido as seguintes impropriedades: não comprovação dos valores constantes no Balanço Patrimonial; ausência de análise da Depreciação/Amortização/Exaustão dos bens móveis; pagamento indenizatório por serviços prestados sem contrato. Condutas em desconformidade com a CF/88 e com as Leis 4.320/64 e 8.666/93. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo*



ACÓRDÃO Nº1099/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa** ao **Sra. Ana Maria Belota de Oliveira** no valor de **15.361,20** (quinze mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso IV da Lei 2.423/1996 c/c art. 308, inciso I, alínea "a", do RI-TCE/AM, pelo atraso no envio dos balancetes mensais com prazos de entrega no exercício de 2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Dar ciência** a **Sra. Ana Maria Belota de Oliveira** do presente Acórdão;
- 10.5. Encaminhar** cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas, para as providências que entender cabíveis.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral